



Relatório de Avaliação do índice e-Budget

CABO VERDE



Cofinanciado pela
União Europeia



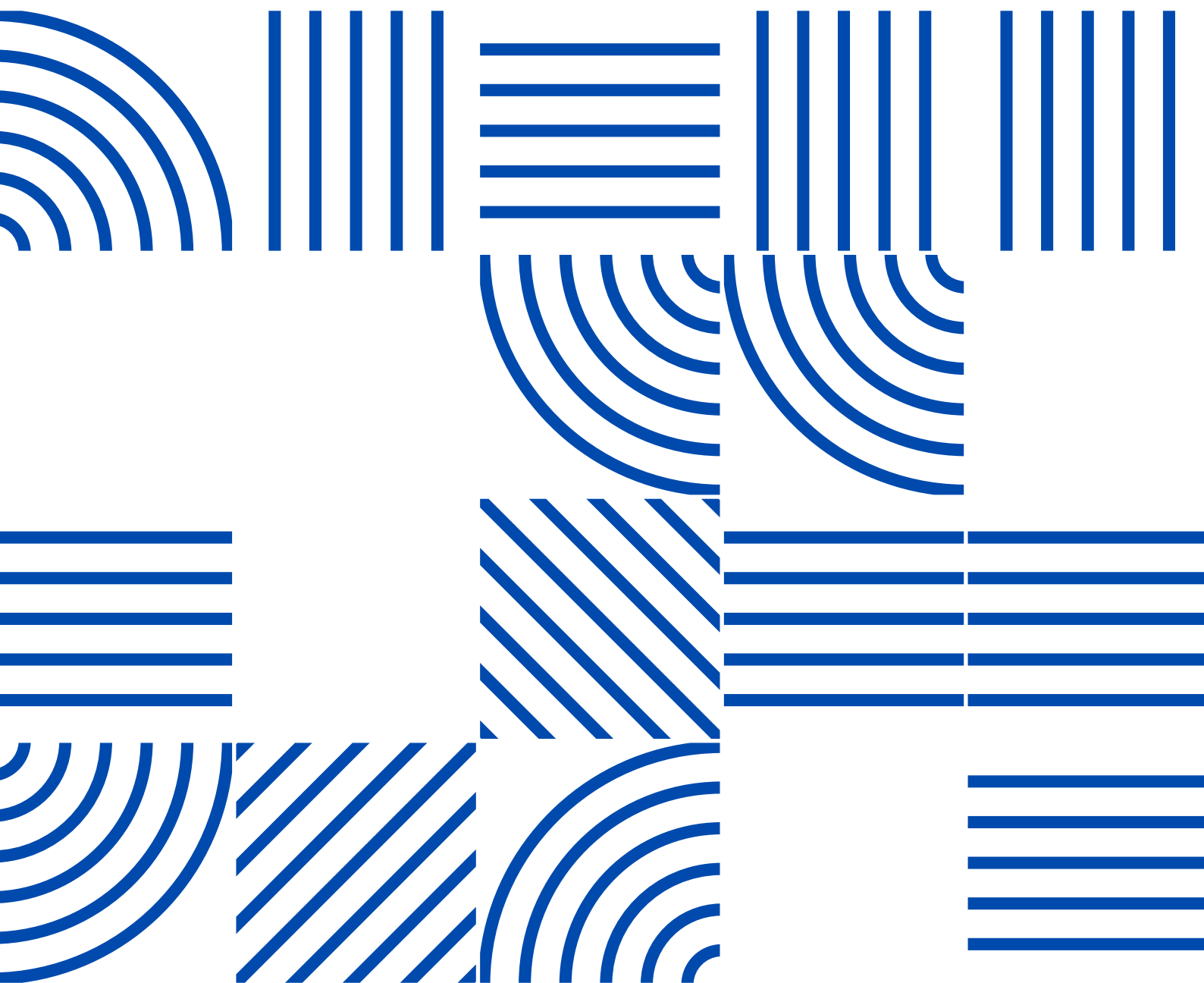
Pro PALOP-TL

PROGRAMA REGIONAL PALOP-TL PARA GOVERNAÇÃO ECONÓMICA- REFORÇO DA
FISCALIZAÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO DAS FINANÇAS PÚBLICAS E ORÇAMENTOS | FASE III



O Pro PALOP-TL (FASE III) é co-financiado pela União Europeia

O presente relatório, ora elaborado, apresenta os resultados da avaliação da transparência orçamental de Cabo Verde utilizando a metodologia do Índice e-budget PALOP-TL Transparência, cuja pontuação final foi de 94,5 pontos.



I. Objetivo do Trabalho de Avaliação da Transparência das Informações Oficiais sobre o Orçamento Público

O objetivo central do Índice e-budget PALOP-TL de Transparência é avaliar o nível de transparência das informações oficiais sobre o orçamento público. A avaliação do Índice 2025 tem como objeto o orçamento de 2024, bem como os relatórios de execução do mesmo ano e a Conta Geral do Estado de 2023.

O índice é estruturado para avaliar o desempenho dos países em três dimensões cruciais da transparência orçamental:

1. Relatórios Orçamentais (Dimensão I):

Avalia se o país elabora e publica no prazo o Orçamento Geral do Estado (OGE)¹, os quatro Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental (REO)² e a Conta Geral do Estado (CGE)³.

2. Qualidade da Informação (Dimensão II):

Avalia se os relatórios orçamentais publicados apresentam classificações detalhadas de Receita por Natureza Económica (Tributária/Não Tributária e especificação da categoria económica), Despesas por Função/Subfunção e Despesas por Órgão/Unidade Orçamental.

3. Dados Abertos (Dimensão III):

Avalia se os dados de receita por classificação económica e despesa por função/subfunção e órgão/unidade orçamental são publicados de acordo com 8 critérios de Dados Abertos⁴.

O resultado do índice reflete uma média da pontuação destas 3 dimensões. Maiores detalhes sobre a metodologia podem ser encontrados aqui:

https://www.paloptl-ebudgets.org/static/reports/methodology_2021_pt.0332785a53b9.pdf

1 OGE: O país receberá a pontuação máxima, se publicar em até um mês após a elaboração do documento. Se a publicação ocorrer num período maior que 1 mês, mas menor que 3 meses, o país recebe metade da pontuação.

2 REOs: A pontuação máxima será concedida se o documento for publicado em até 1 mês após a elaboração. Se extrapolar este período, mas ainda assim, publicar antes de 3 meses, metade da pontuação será concedida..

3 CGE: Se publicados em até 6 meses, a pontuação máxima é atribuída. Caso a publicação ocorra após um período maior que seis meses, mas antes de completar 12 meses após o final do período ao qual o relatório se refere, será atribuída metade desta pontuação.

4 Os oito princípios propõem que os dados abertos devem ser: Completos, Acessíveis, Atualizados, Estruturados, Primários, Licença Livre, Não Proprietário, Não-Discriminatório.

II. Os Principais Problemas Identificados

Cabo Verde tem vindo a afirmar-se como um país comprometido com a modernização e a dinamização do site do Ministério das Finanças, com o objetivo de disponibilizar informação acessível à sociedade civil, aos órgãos de comunicação social e à comunidade académica.

A pontuação de **94,5** reflete a média de desempenho das dimensões “Relatórios Orçamentais” (**83,6 pontos**), “Qualidade da Informação” (**100 pontos**) e “Dados Abertos” (**100 pontos**). Nas próximas seções, apresenta-se a justificativa para cada uma das pontuações.

A. DIMENSÃO I - RELATÓRIOS ORÇAMENTAIS: 83,6 PONTOS

Todos os relatórios avaliados são publicados no site do Ministério das Finanças. Contudo, o país perde pontos pela relativa demora na publicação dos REOS e da CGE. A transparência exige tempestividade na partilha dos dados com os cidadãos. Os REOs (I, II, III e IV trimestres) são disponibilizados dois meses após o trimestre de referência. Este intervalo acarreta perda de pontuação no Índice, uma vez que a metodologia exige a publicação em até um mês para a nota máxima. Cabe destacar que o país publica também relatórios mensais sobre a execução (“Síntese Informativo Mensal”⁵). Porém, os documentos são muito resumidos, e não disponibilizam as principais classificações analisadas pelo índice.

No caso da Conta Geral do Estado de 2023, a metodologia estabelece que o documento

deve ser publicado até seis meses após o término do ano económico de referência. A divulgação do relatório no site do Ministério das Finanças ocorreu apenas em setembro de 2024, ou seja, nove meses depois. Isso também resultou numa penalização na avaliação.

B. DIMENSÃO II - QUALIDADE DA INFORMAÇÃO: 100 PONTOS

A Dimensão Qualidade da Informação obteve 100 pontos, pois o país publica as receitas por natureza económica em 2 níveis, as despesas por função e subfunção, e as despesas por órgão em 2 níveis, no Orçamento do Estado(OE), nos Relatórios de Execução Trimestral (RET) e Conta Geral do Estado (CGE).

Não obstante, identificou-se alguma lentidão nas páginas do Ministério das Finanças e do Portal da Transparência.

C. DIMENSÃO III - DADOS ABERTOS: 100 PONTOS

O Ministério das Finanças de Cabo Verde tem demonstrado avanços consistentes no domínio dos dados abertos, sendo a implementação do Portal da Transparência⁶ a iniciativa mais significativa. Atualmente, Cabo Verde e Timor-Leste são os únicos países dos PALOP-TL que dispõem de um portal oficial desta natureza.⁷ No entanto, identificamos problemas de acesso durante o período de avaliação:

5 <https://www.mf.gov.cv/web/dnocrp/s%C3%ADntese-informativo-mensal>

6 <https://portaltransparencia.gov.cv/>

7 Sugestões de melhoria do Portal de Transparência encontram-se na seção Anexa deste relatório.

- No dia 7 de dezembro de 2025, o portal apresentou instabilidade, não sendo possível aceder à secção de Consulta Detalhada, essencial para a extração da base de dados mais completa;
- No dia 16 de dezembro de 2025, o site exibia a mensagem de erro “HTTP Status 404 – Não Encontrado”;
- No dia 30 de março de 2026, o portal encontrava-se operacional. Contudo, apenas as receitas por natureza económica estavam disponíveis com maior nível de detalhe (até três níveis no painel). No caso das despesas, não se verificava a existência de filtros que permitissem a sua análise por órgãos e unidades administrativas, e a classificação funcional apresentava-se sem desagregação em subfunções.

Diante dessas limitações no Portal da Transparência, recorreu-se às bases de dados disponibilizadas no site do próprio Ministério das Finanças. As bases estão disponíveis na página Orçamentos e Contas Dados Abertos⁸.

Nesta página estão os arquivos .csv e .xls com as “Despesas do Estado”, “Despesas por Função do Estado”, “Despesas por Função Desagregada”, entre outras. Em primeiro lugar, destaca-se a questão da nomenclatura.

A nomenclatura do arquivo é importante porque ela é a forma mais rápida do utilizador identificar as bases de interesse. O

título “Despesas do Estado” é muito amplo, o ideal seria nomear o arquivo considerando a classificação utilizada e o período de referência, por exemplo “Despesas do Estado por Categoria Económica 2012-2026”. Também atrapalha o utilizador a listagem de duas bases de dados iguais com nomes diferentes: “Despesas por Função” e “Despesas por Função Desagregada”. Recomendamos que tenha apenas uma base de dados .xls e um .csv de nome “Despesas por Funções e Subfunções (20xx-2026)”. Os demais arquivos devem ser revistos, considerando o mesmo padrão sugerido.

Depois de avaliar todos os arquivos da página, os seguintes arquivos serviram como base para esta avaliação: “Receitas do Estado”, “Despesas por Funções do Estado” e “Despesas por Orgânica”.⁹ Os dados cumprem os 8 critérios de dados abertos, e por isso, recebem a pontuação total no índice. Ainda assim, identificou-se algumas oportunidades de melhoria no formato das bases de dados.

BAIXA INTEROPERABILIDADE E RIGIDEZ DE DADOS

Para ilustrar esta questão, veja a imagem abaixo com a captura de Ecrã do arquivo .xls de Despesas pela Classificação Orgânica. Apesar de estarem em um formato considerado estruturado (como .csv), a escolha da formatação dos dados apresenta barreiras críticas para o processamento automatizado (leitura por máquina).

8 Disponível em <https://www.mf.gov.cv/web/dnocrp/or%C3%A7amentos-e-contas-dados-abertos>. Considerações sobre a dificuldade de encontrar a página (*findability*) estão no anexo.

9 Veja no anexo, considerações para melhorar a credibilidade dos dados.

Figura 1 - Captura de Ecrã do arquivo “Despesas por Órgânica”

Ano 2023						Ano 2024					
Código	Orgânica - Nível 1	Código	Orgânica - Nível 2	Orc. Inicial	Orc. Reprogramado	Execução	Código	Orgânica - Nível 1	Código	Orgânica - Nível 2	Execução
01.01.01	Presidência Da República	01.01.01.01	PR - Presidência Da República	228.117.974	228.117.974	216.796.297	01.01.01	OSOB - Presidência Da República	01.01.01.01	PR - Presidência Da República	216.796.297
	Presidência Da República Total			228.117.974	228.117.974	216.796.297		OSOB - Presidência Da República Total			216.796.297
01.01.02	OSOB - Assembleia Nacional	01.01.02	OSOB - Assembleia Nacional	0	5.132.250	5.132.250	01.01.02	OSOB - Assembleia Nacional	01.01.02	OSOB - Assembleia Nacional	5.132.250
		01.01.02.01	Assembleia Nacional	876.982.964	852.480.603	785.641.704			01.01.02.01	Assembleia Nacional	785.641.704
		01.01.02.02	Provedoria Da Justiça	36.246.777	36.246.777	32.122.381			01.01.02.02	Provedoria Da Justiça	32.122.381
		01.01.02.03	Autoridade Reguladora Para A Comunicação Social	79.281.910	72.525.894	55.514.735			01.01.02.03	Autoridade Reguladora Para A Co	55.514.735
		01.01.02.04	Comissão Nacional De Eleições	32.509.362	38.409.124	32.505.952			01.01.02.04	Comissão Nacional De Eleições	32.505.952
		01.01.02.05	Comissão Nacional De Proteção De Dados	32.509.410	32.050.410	26.305.682			01.01.02.05	Comissão Nacional De Proteção D	26.305.682
	OSOB - Assembleia Nacional Total			1.297.371.423	1.046.895.158	937.222.756		OSOB - Assembleia Nacional Total			937.222.756
01.01.03	OSOB - Tribunal Constitucional	01.01.03.01	Tconot - Tribunal Constitucional	52.273.534	53.273.534	44.422.207	01.01.03	OSOB - Tribunal Constitucional	01.01.03.01	Tconot - Tribunal Constitucional	44.422.207
	OSOB - Tribunal Constitucional Total			52.273.534	53.273.534	44.422.207		OSOB - Tribunal Constitucional Total			44.422.207
01.01.04	OSOB - Supremo Tribunal De Justiça	01.01.04.01	STJ - Supremo Tribunal De Justiça	56.074.098	58.762.098	55.409.210	01.01.04	OSOB - Supremo Tribunal De Justiça	01.01.04.01	STJ - Supremo Tribunal De Justiça	55.409.210
	OSOB - Supremo Tribunal De Justiça Total			56.074.098	58.762.098	55.409.210		OSOB - Supremo Tribunal De Justiça Total			55.409.210
01.01.05	OSOB - Procuradoria Geral Da República	01.01.05.01	PGOR - Procuradoria Geral Da República	84.701.506	73.240.127	68.381.759	01.01.05	OSOB - Procuradoria Geral Da República	01.01.05.01	PGOR - Procuradoria Geral Da República	68.381.759

Fonte: Ministério das Finanças de Cabo Verde

Abaixo, detalhamos os pontos de falha estrutural:

1. Ambiguidade: Código e Nome na Mesma Célula

Observe que colunas como “Orgânica - Nível 2” contêm tanto o código numérico quanto a descrição textual (ex: PR - Presidência Da República).

- O problema: Para uma máquina, o código é uma “chave primária” (número) e o nome é uma “string” (texto). Ao fundi-los, impede-se que um software filtre rapidamente todos os dados de um código específico sem antes ter que “limpar” o texto manualmente.
- A Recomendação: O código deve ter sua própria coluna exclusiva, separada do nome.

2. O Problema das Tabelas Paralelas (Multicamadas)

Observe que o “Ano 2023” e o “Ano 2024” estão dispostos lado a lado.

- **Para o humano:** É fácil comparar visualmente os dois anos.
- **Para a máquina:** Isso quebra a estrutura de “Tabela Plana”. Um sistema de dados esperaria que o “Ano” fosse uma coluna vertical. Da forma como está, um

software teria que ser reprogramado manualmente para entender que a coluna **A** (Código) do bloco 1 tem o mesmo significado que a coluna **K** do bloco 2.

3. Linhas de Agregação Intercaladas (Ruído de Dados)

Note as linhas em negrito como “OSOB - Assembleia Nacional Total”.

- **Risco de Duplicidade:** Se um analista de dados aplicar uma fórmula de soma (SUM) na coluna de execução, o valor final será o dobro do real, pois o sistema somará os valores individuais e o total que já os contém. Em dados abertos ideais, totais e subtotais nunca devem estar misturados aos dados brutos.

4. Células Vazias e Mescladas

Existem diversas células em branco que dependem do contexto da linha de cima para fazerem sentido (ex: os códigos que se repetem ou somem sob a hierarquia da “Presidência da República”).

- **Ambiguidade:** Máquinas leem linha por linha de forma independente. Uma célula vazia é lida como “nula” ou “zero”, perdendo-se a conexão com o órgão de origem.

5. Cabeçalhos de Duas Camadas

O título azul “Ano 2023” flutua sobre os cabeçalhos reais (Código, Orgânica...).

- **Impacto:** Ao importar esse arquivo em ferramentas como Python (Pandas) ou Power BI, a primeira linha de dados será lida incorretamente, deslocando todas as colunas e exigindo um trabalho manual exaustivo de “limpeza” (*Data Cleaning*).

Este layout impossibilita a **extração direta via API** ou ferramentas de automação, reduzindo a transparência ativa, pois obriga o cidadão a realizar um tratamento prévio para viabilizar o trabalho.

CONFIABILIDADE DOS DADOS

A página de dados abertos do site MF/DNOCP¹⁰ funciona como o ponto de entrega da informação, mas apresenta lacunas de metadados que dificultam a interpretação da atualidade dos dados. Para um analista, um dado sem data de referência é um dado de baixa confiabilidade.

Pontos de Falha Identificados:

1. **Ambiguidade da Data de Referência:** A plataforma indica apenas a data em que o arquivo foi carregado (ex: “modificado

há 22 dias”). Porém, não há clareza se o **conteúdo** dos dados de execução orçamental reflete o fechamento do mês anterior ou alguma data específica em que os dados foram levantados. Também não há clareza na definição dos dados como Provisórios ou Definitivos ou de qual etapa da receita ou despesa os números se referem.

2. **Falta de informação sobre a actualidade e a periodicidade de actualização das bases de dados.**

A interface de download não indica a data a que cada base se reporta nem se os valores são provisórios ou finais — uma lacuna especialmente sensível para o ano em curso e para os anos recém-terminados. Recomenda-se que o Ministério das Finanças passe a publicar, junto a cada base, a data da última actualização, o estatuto dos dados e a periodicidade prevista, permitindo às OSCs uma monitorização sistemática.

3. **Sinalização da Etapa da Despesa/**

Receita: Os links não discriminam se os dados de execução financeira já completaram todas as etapas do gasto (empenho/liquidação/pagamento) ou arrecadação.

4. **Periodicidade da base de dados:**

As bases contêm dados anuais. O ideal para melhor acompanhamento seria que os dados estivessem apresentados por meses.

10 <https://www.mf.gov.cv/web/dnocrp/or%C3%A7amentos-e-contas-dados-abertosv>

III. O que o Ministério das Finanças Pode Fazer para Melhorar a Performance

Para elevar o Índice e-budget e melhorar a transparência orçamental, o Ministério das Finanças de **Cabo Verde** deve focar nos seguintes pontos de ação:

1. Aumentar a Tempestividade dos Relatórios de Execução Orçamental e Conta Geral do Estado (Dimensão I)
2. Reestruturar os arquivos de dados abertos para melhor interoperabilidade e credibilidade das bases.
3. Disponibilizar mais informações no Portal de Transparência, recomenda-se que se incluam os dados detalhados das classificações e os códigos das rubricas.

Anexo 1 - Notas sobre o Portal de Transparência

<https://portaltransparencia.gov.cv/en/>

ANÁLISE DO TIME PRO-PALOP-TL

O portal não disponibiliza os dados detalhados em cada classificação orçamental. Apenas as receitas por natureza económica estavam disponíveis com maior nível de detalhe (até três níveis no painel).

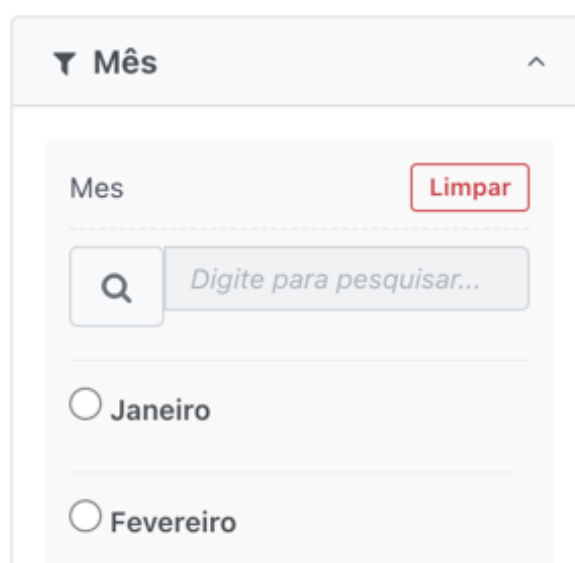
No caso das despesas, não se verifica a existência de filtros que permitam a análise por órgãos e unidades administrativas. Além disso, a classificação funcional apresentava-se sem desagregação em subfunções.

Identificamos que na Plataforma as rubricas são apresentadas sem os respetivos códigos oficiais. Recomendase a sua inclusão, especialmente no Painel de Consulta Detalhada, de modo a facilitar a manipulação e a análise dos dados por parte dos utilizadores. Os códigos devem ser disponibilizados em coluna separada, e não na mesma célula que o nome da rubrica.

Além disso, na Consulta Detalhada destacamos alguns pontos de Usabilidade

que podem melhorar significativamente a experiência do utilizador. Recomendamos a inclusão de uma opção “todos” para facilitar a seleção de todos os meses.

Figura 2 - Captura de Ecrã no painel da Consulta Detalhada para seleção de período



O mesmo acontece com a caixa de Funções (veja na Figura 4 abaixo). Recomenda-se que nesta caixa o Ministério disponibilize a opção de visualização dos dados sob Funções e/ou Subfunções.

Figura 3 - Captura de Ecrã no painel da Consulta Detalhada para seleção de Funções



No caso da caixa para seleção de Classificação Económica (Figura 4), a usabilidade é um pouco diferente. O MF dá a opção de seleção das Categorias e subcategorias, clicando no ícone azul com as três linhas. No entanto, notamos que em 31 de março de 2026, o ícone não estava disponibilizando quaisquer opções adicionais, indicando um possível erro na funcionalidade.

A usabilidade é comprometida pois o espaço é pequeno demais para ser usado como filtro específico. Recomenda-se que as opções sejam visualizar por Categoria Económica em primeiro, segundo ou terceiro nível de detalhamento.

Figura 4 - Captura de Ecrã no painel da Consulta Detalhada para seleção de Categoria Económica



Anexo 2 - *Findability* da Página de Dados Abertos no Ministério das Finanças

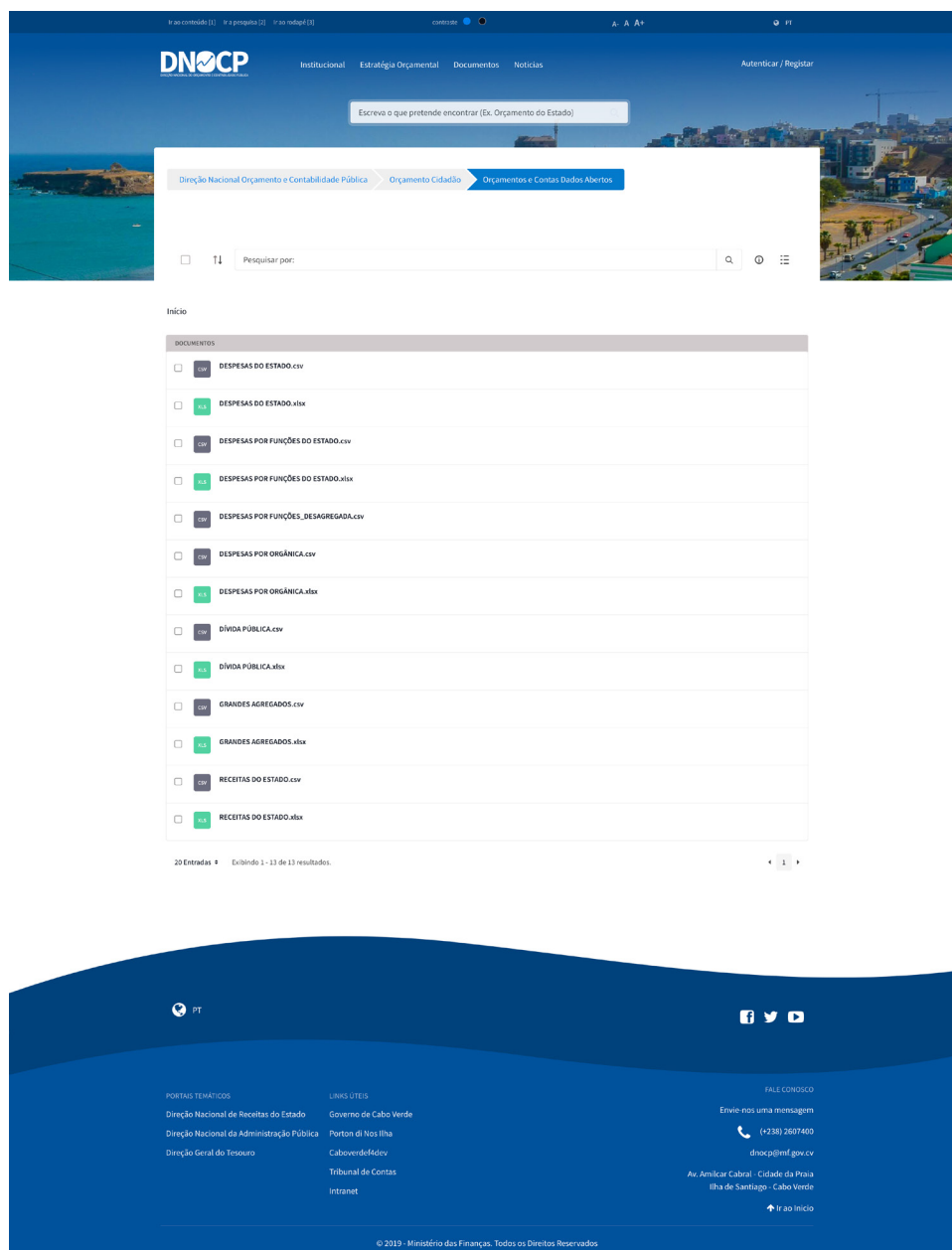
<https://www.mf.gov.cv/web/dnocp/or%C3%A7amentos-e-contas-dados-abertos>

ANÁLISE DO TIME PRO-PALOP-TL

Na imagem a seguir exibimos o caminho da navegação (*breadcrumb*) para chegar na página onde os dados estruturados estão.

Não é óbvio que os dados abertos estejam na seção “Orçamento Cidadão”, uma vez que esse se refere a documentos pdfs com o orçamento simplificado.

Figura 1 - “Breadcrumb para acesso ao “Orçamentos e Contas Dados Abertos”.



Recomendamos que a seção fique mais visível ao utilizador, logo na página inicial da Direção Nacional do Orçamento e Contas Públicas (DNOCP)¹¹, no menu em *cards*.

Figura 2 - Página inicial da DNOCP



11 <https://www.mf.gov.cv/web/dnocp>